



loulé concelho
Global
Sustentabilidade.
Ação. Futuro.

Procedimento N.º 23 | 24
Concurso Público Internacional

CADERNO DE ENCARGOS

Objeto do Procedimento

Aquisição da prestação de serviço público de
transporte urbano de passageiros em autocarro no
Município de Loulé

PARTE I

CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.^a

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no Contrato a celebrar entre a Loulé Concelho Global, E.M., Unipessoal, S.A. e o Prestador de Serviços público de transporte, na sequência do concurso público internacional com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, que tem por objeto a aquisição da prestação de serviço público de transporte urbano de passageiros em autocarro no Município de Loulé, de acordo com a identificação, características e requisitos constantes das Cláusulas Técnicas do presente Caderno de Encargos, e dos Anexos que dele fazem parte integrante.
2. Os serviços objeto do Contrato a celebrar abrangem, ainda, a disponibilização de um sistema de acesso controlado de passageiros, onde se inclui a gestão de bilhética, devendo este garantir a satisfação da procura dos utentes e a respetiva distribuição dos títulos de transporte.

Cláusula 2.^a

Definições

Para efeitos do presente Caderno de Encargos adotam-se as seguintes definições:

Código dos Contratos Públicos (CCP) - Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual.

Órgão competente para a decisão de contratar - O Conselho de Administração da Loulé Concelho Global, E.M., Unipessoal, S.A.

Contraente Público - A Loulé Concelho Global, E.M., Unipessoal, S.A., pessoa coletiva com o n.º 505493870, com sede na Rua José Afonso, Lote 61 - R/C, Código postal 8100-592, em Loulé, com o número de telefone (+351)289401080 e de telefax (+351)289401089, e com endereço de correio eletrónico contratacao@lcglobal.pt.

Prestador de Serviços - Entidade a quem se adjudica a execução do Contrato.

Veículo ou Autocarro - Automóvel pesado de passageiros da categoria I, destinado ao serviço de transporte de passageiros, concebido de forma a permitir a fácil deslocação dos passageiros em percursos com paragens frequentes, dispondo de lugares sentados e em pé.

Lotação - Número máximo de passageiros (sentados e em pé) que o veículo pode transportar, incluindo o condutor.

Linha ou Circuito - Serviço de transporte público, assegurando um itinerário fixo, segundo uma frequência e horários previamente aprovados, com tomada e largada de passageiros nos pontos terminais e intermédios estabelecidos.

Rede - Conjunto de 2 ou mais linhas que asseguram a cobertura de uma área por um modo de transporte público.

Obrigações de Serviço Público - A imposição determinada por uma autoridade de transportes, com vista a assegurar determinado serviço público de passageiros de interesse geral que um operador, caso considerasse o seu interesse comercial, não assumiria sem contrapartidas.

Serviço de Transporte de Passageiros Regular - O serviço de transporte de passageiros explorados segundo itinerários, frequências, horários e tarifas predeterminadas, no âmbito do qual podem ser tomados e largados passageiros em paragens previamente estabelecidas.

Quilómetros em carga ou comerciais - Quilómetros realizados para cumprir os circuitos contratados sem incluir deslocações para oficina, garagem ou estacionamento.

Quilómetros em Vazio - Quilómetros realizados sem serviço comercial.

Veículo.km - Unidade de medida que representa o movimento de um veículo ao longo de um quilómetro. O número total de veículos.km produzidos numa linha é dado pela multiplicação do número de circulações efetivamente realizadas pela extensão total da linha.

Lugares.km - Soma dos resultados obtidos pela multiplicação da lotação de cada viatura pela distância total efetivamente percorrida por esta.

Passageiro transportado - Corresponde a uma pessoa física transportada em todo o percurso ou parte dele (exclui o pessoal afeto ao serviço do veículo).

Passageiro.km transportado - Unidade de medida correspondente ao transporte de um passageiro na distância de um quilómetro.

Velocidade comercial média - Obtida pela média dos quocientes entre a extensão da linha e respetivos tempos de percurso, numa dada linha.

Sistema de rebaixamento - um sistema que rebaixa total ou parcialmente a carroçaria do veículo em relação à posição normal de circulação.

Elevador - um dispositivo ou sistema constituído por uma plataforma que pode ser elevada ou descida para permitir o acesso de passageiros entre o solo ou o passeio e o piso do compartimento dos passageiros.

Rampa - um dispositivo destinado a vencer o desnível entre o piso do compartimento dos passageiros e o solo ou o passeio. Quando em posição de utilização, inclui qualquer superfície que possa mover-se quando a rampa se desdobra ou que possa ser utilizada apenas quando a rampa já está desdobrada e sobre a qual uma cadeira rolante possa deslocar-se.

Lugares comerciais oferecidos - Corresponde ao somatório da lotação dos autocarros propostos excluindo os respetivos condutores.

Cláusula 3.^a

Contrato

1. A execução do Contrato obedece, designadamente:

- a) Ao clausulado contratual e ao estabelecido em todos os elementos e documentos anexos que dele fazem parte integrante;
- b) Ao Código dos Contratos Públicos, adiante designado apenas por CCP;
- c) Ao disposto no Regulamento (CE) n.º 1370/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2007, relativo aos serviços públicos de transporte ferroviário e rodoviário de passageiros;
- d) Ao Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, aprovado pela Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, na sua redação atual;
- e) Ao disposto na Portaria 298/2018, de 19 de novembro, na redação que lhe foi conferida pela Declaração de Retificação n.º 39/2018, de 12 de dezembro;
- f) Ao disposto no Decreto-Lei n.º 9/2015, de 15 de janeiro, que estabelece as condições que devem ser observadas no Contrato de transporte rodoviário de passageiros e bagagens, em serviços regulares, sem prejuízo do disposto no Regulamento (UE) n.º 181/2011, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de fevereiro de 2011;
- g) Ao disposto na Lei n.º 28/2006, de 4 de julho, que aprova o regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de transportes coletivos de passageiros, na sua redação atual;

- h) Ao regime jurídico de acesso à atividade dos transportes rodoviários de passageiros em veículos com mais de nove lugares e de organização do mercado de transportes não regulares Decreto-Lei n.º 3/2001, de 10 de janeiro;
 - i) À restante legislação aplicável.
2. Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados neste Contrato, para além do respetivo clausulado, os seguintes elementos:
- a) O presente Caderno de Encargos;
 - b) A proposta adjudicada.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do Contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo Adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 4.^a

Prazo de vigência

O Contrato produz efeitos na data da sua assinatura e mantém-se em vigor pelo prazo de 12 (doze) meses, em conformidade com os respetivos termos e condições constantes no presente Caderno de Encargos e no disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo.

Cláusula 5.^a

Parâmetros base

1. Os parâmetros base definidos no âmbito do presente Caderno de Encargos e que vinculam as propostas, determinando a execução do Contrato a celebrar, são os seguintes:
- a) O Preço base, não incluindo o Imposto sobre o Valor Acrescentado, é de €547.911,40 (quinhentos e quarenta e sete mil, novecentos e onze euros e quarenta cêntimos) conforme previsto no n.º 1, da Cláusula 13.^a, do presente Caderno de Encargos;
 - b) O custo máximo por quilómetro em carga é de €2,01 (dois euros e um cêntimo);
 - c) O número de veículo.km (em carga) total a realizar não poderá exceder 272.593 km (veículo.km), os quais já incluem um adicional de 10% (dez por cem) para

fazer face a eventuais imprevistos e alterações de serviço, nos termos previstos no n.º 9 da Cláusula 27ª.

2. O Prestador de Serviços não terá direito a receber qualquer indemnização se o número total de quilómetros em carga previstos realizar nos termos do presente Caderno de Encargos (com ou sem os adicionais referidos na alínea c) do número anterior) não for atingido.

Cláusula 6.^a

Obrigações do Prestador de Serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do Contrato decorrem para o Prestador de Serviços as seguintes obrigações:

- a) Obrigação de prestação dos serviços identificados nas especificações técnicas apresentadas, nas condições previstas e descritas no presente Caderno de Encargos, na proposta a adjudicar e demais documentos contratuais;
- b) Obrigação de prestar ao Contraente Público, em qualquer tempo e na pendência da prestação de serviços, informações e esclarecimentos relativos aos mesmos no âmbito do Contrato a celebrar, em conformidade com o presente Caderno de Encargos;
- c) Obrigação de comunicar qualquer situação de impossibilidade legal ou temporária de prestação dos serviços;
- d) Obrigação de comunicar antecipadamente ao Contraente Público os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, de acordo com o previsto no presente Caderno de Encargos;
- e) Obrigação de não alterar as condições da prestação dos serviços, fora dos casos previstos no presente Caderno de Encargos;
- f) Obrigação de cumprir as condições fixadas para a execução do Contrato, agindo com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência.

2. Para além das obrigações anteriormente previstas o Prestador de Serviços está, ainda, obrigado a:

- a) Respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes;
- b) Recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação dos serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo;
- c) Proceder com a diligência necessária, nomeadamente no que respeita à recolha da informação prévia indispensável, à planificação das circunstâncias de modo, tempo e lugar, à ordenação dos meios e, em geral, à antecipação das situações relevantes para a execução do Contrato a celebrar, de modo a salvaguardar que a mesma é feita nos termos contratados, sem suspensões ou falhas que pudessem ter sido previstas;
- d) Fazer o reconhecimento dos circuitos com uma antecedência mínima de sete dias previamente ao início do serviço;
- e) Cumprir todas as obrigações para com o pessoal afeto à execução da prestação de serviços, designadamente, contratar e manter em vigor um seguro de acidentes de trabalho e de responsabilidade civil para todo o seu pessoal interveniente na execução do Contrato a celebrar, bem como todos os demais seguros legalmente exigíveis para as atividades a desenvolver no respetivo âmbito;
- f) Assumir os riscos inerentes ou relacionados com a prestação dos serviços objeto do presente procedimento;
- g) Prestar os serviços de acordo com aqueles que sejam, em cada momento, os procedimentos e técnicas mais atuais, completos e funcionais;
- h) Observar e garantir a confidencialidade relativamente a toda a informação a que venha a ter acesso, no âmbito ou em virtude do Contrato a celebrar;
- i) Designar quem o represente, perante o Contraente Público, para efeitos de gestão e acompanhamento da execução do Contrato a celebrar, e comunicar, com antecedência, a sua eventual substituição;
- j) Comunicar ao Contraente Público, de imediato e por escrito, qualquer circunstância que possa condicionar ou influir na regular execução das prestações objeto do Contrato a celebrar e, em particular, qualquer alteração

à sua situação jurídica ou comercial, bem como dos seus colaboradores afetos àquela execução;

- k) Prestar, de forma correta, atempada e fidedigna, todos os esclarecimentos e informações que razoavelmente lhe sejam solicitados pelo Contraente Público.

Cláusula 7.^a

Inspeção do local de prestação dos Serviços

Com a assinatura do Contrato a celebrar, o Prestador de Serviços reconhece e declara expressamente ter conhecimento integral dos locais onde será realizada a prestação dos serviços objeto do presente procedimento, tendo realizado todos os levantamentos, visitas e inspeções que considerou necessários à boa execução do Contrato, de modo a tomar conhecimento de todas as suas condições, dimensões, características e, bem assim, de todas as condicionantes que possam afetar a prestação dos serviços contratados.

Cláusula 8.^a

Coordenação das atividades abrangidas pelo contrato

1. Para o acompanhamento da execução do Contrato, o Prestador de Serviços fica obrigado a participar em reuniões de coordenação com os representantes do Contraente Público, das quais deve ser elaborado memorando e partilhado a todos os intervenientes na reunião.
2. As reuniões previstas no número anterior são convocadas pelo Contraente Público.
3. O Prestador de Serviços fica também obrigado a apresentar relatório mensal ao Contraente Público, reportando a evolução de todas as operações objeto dos serviços e o cumprimento de todas as obrigações emergentes do Contrato, bem como um relatório final, no termo do Contrato, apresentando dossier de processos de clientes com passe e discriminando todos os acontecimentos e atividades desenvolvidas e obrigações cumpridas e respetivas conclusões no âmbito contratual.
4. O relatório mensal referido no número anterior deve ser entregue até ao dia 15 do mês seguinte.
5. O Prestador de Serviços fica igualmente obrigado ao cumprimento das exigências legais em vigor em particular ao dever de informação previsto no n.º 4 do artigo 22.º da Lei 52/2015, de 09 de junho, designadamente a apresentação dos seguintes Indicadores:

- a) Número de veículos.km comerciais produzidos por linha;
 - b) Número de lugares.km produzidos por linha;
 - c) Número de passageiros transportados por linha e por título de transporte utilizado;
 - d) Número de passageiros transportados por linha, dia e horário;
 - e) Número de passageiros transportados por linha e paragem;
 - f) Número de passageiros.km transportados por linha;
 - g) Número de títulos vendidos por tipo, por tipo, conforme definido no Anexo IV;
 - h) Receita tarifária total e por tipo de título, por linha;
 - i) Velocidade comercial média à hora de ponta e fora da hora de ponta;
 - j) Taxa média de ocupação por linha e por veículo;
 - k) Total de circulações realizadas por linha;
 - l) Número de interrupções ao serviço (motivo, dia, hora e duração);
 - m) Índice de regularidade por linha;
 - n) Número de incidentes de segurança por linha (*security*):
 - i. furtos/roubos a passageiros;
 - ii. agressões a passageiros;
 - iii. furtos/roubos a motorista/agente de fiscalização;
 - iv. agressões a motorista/agente de fiscalização.
 - o) Número de acidentes com veículos por linha e por tipo de acidente (colisão, despiste, atropelamento) (*safety*);
 - p) Número de fiscalizações comerciais realizadas e fraudes detetadas por linha;
 - q) Consumo de energia, por fontes de energia (gasóleo, GPL, gás natural, eletricidade e outros);
 - r) Número total de Condutores afetos ao serviço, por género;
 - s) Intervenções que conduzam à substituição de veículo com registo de data e hora de início e fim da imobilização, especificando o motivo (manutenção/reparação, aguardar a reparação e outro).
6. O relatório anual e de final de Contrato deve ser entregue até ao dia 15 de janeiro do ano seguinte e o relatório de fim de Contrato deve ser entregue até ao dia 15 do mês seguinte ao termo do Contrato e deverá incluir a seguinte informação:
- a) Identificação da frota utilizada na prestação de serviço com a caracterização de todos os veículos, designadamente:

- i. matrículas dos veículos em exclusividade e veículos de substituição ou desdobramento;
 - ii. lotação (total e lugares sentados);
 - iii. tipo de energia (combustível);
 - iv. consumo médio de combustível por km (l/100.km);
 - v. número de veículos por tipologia;
 - vi. Idade dos veículos;
 - vii. motorização: norma ambiental EURO, se aplicável.
- b) Fornecimento de ficheiro de clientes com quantidades por tipo de passe garantindo elementos de identificação e contatos (morada postal, telefone, email).
7. Todos os relatórios, registos e comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo Prestador de Serviços devem ser integralmente redigidos em língua portuguesa.
8. O Prestador de Serviços fica obrigado a prestar toda a colaboração e a ceder a documentação necessária, incluindo ficheiros informáticos afetos à prestação de serviços, nas auditorias e ações de fiscalização realizadas pelo Contraente Público ou entidade que o represente.

Cláusula 9.^a

Gestor do Contrato

1. O Contraente Público designará, no Contrato, um gestor do Contrato com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.
2. Caso o gestor do Contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do Contrato, deve o mesmo comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.

Cláusula 10.^a

Objeto e prazo do dever de sigilo

1. O Prestador de Serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Contraente Público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do Contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do Contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Prestador de Serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do Contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 11.^a

Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do Prestador de Serviços quaisquer encargos e responsabilidades decorrentes da utilização, na prestação de serviços, de quaisquer patentes, licenças, marcas e outros direitos de propriedade industrial ou da comercialização de produtos que, em termos de legislação especial, requeiram a sua homologação ou de alguns dos seus componentes.
2. No caso de o Contraente Público ser demandado por infração, na execução do Contrato, de quaisquer direitos mencionados no número anterior, o Prestador de Serviços indemnizá-lo-á por todas as despesas que, em consequência, deva suportar e por todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for, incluindo indemnizações, custas judiciais, honorários do mandatário, salvo responsabilidade daquele.

Cláusula 12.^a

Responsabilidade geral do Prestador de Serviços

1. O Prestador de Serviços é o único e exclusivo responsável, perante o Contraente Público e os utentes do serviço, pela correta e pontual prestação dos serviços objeto do Contrato a celebrar.

2. O Prestador de Serviços responderá, designadamente, por qualquer falta, incumprimento, deficiência, erro ou omissão na prestação dos serviços objeto do Contrato, independentemente de qual a sua origem, no momento em que sejam detetados, com exceção daqueles a que, exclusiva e comprovadamente, o Contraente Público tenha dado causa.
3. É da única e exclusiva responsabilidade do Prestador de Serviços todas e quaisquer eventuais responsabilidades civis, criminais e contraordenacionais decorrentes do incumprimento do objeto do Contrato a celebrar, bem como do incumprimento/infrações dos dispositivos consignados em toda a legislação aplicável.
4. A faculdade de fiscalização da execução do Contrato por parte do Contraente Público não afasta ou diminui a responsabilidade do Prestador de Serviços na sua execução.
5. Caso o Contraente Público venha a ser demandado ou a incorrer em responsabilidade, de qualquer natureza, perante terceiros, com causa, direta ou indireta, em quaisquer deficiências, erros ou omissões na prestação de serviços que sejam imputáveis ao Prestador de Serviços, ou a terceiros por si contratados, seja a título de dolo ou de negligência, assistir-lhe-á direito de regresso contra este, obrigando-se o Prestador de Serviços a indemnizar o Contraente Público por todas as despesas que, em consequência, este haja de fazer e por todas e quaisquer quantias que tenha de desembolsar, seja a que título for.
6. O disposto no número anterior é igualmente aplicável, com as necessárias adaptações, em caso de incumprimento, pelo Prestador de Serviços, incluindo o seu pessoal e outras pessoas intervenientes na execução do Contrato por conta deste, de quaisquer disposições legais ou regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho.
7. O Prestador de Serviços responderá igualmente pelo risco, por quaisquer danos e prejuízos causados no âmbito da execução das prestações objeto do Contrato, ao Contraente Público ou a terceiros, resultantes de circunstâncias fortuitas ou imprevisíveis ou de quaisquer outras, com exceção daquelas a que, exclusiva e comprovadamente, o Contraente Público tenha dado causa.

Cláusula 13.^a

Preço contratual

1. O Preço Base, não incluindo o Imposto sobre o Valor Acrescentado, é de € 547.911,40 (quinhentos e quarenta e sete mil, novecentos e onze euros e quarenta cêntimos) que resulta do valor máximo do quilómetro em carga multiplicado pelo número máximo de quilómetros em carga a realizar.
2. Pelo fornecimento dos serviços objeto do Contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Contraente Público deve pagar mensalmente ao Prestador de Serviços o preço que consistirá no produto da multiplicação do valor por quilómetro em carga constante da proposta adjudicada pelo número de quilómetros em carga efetivamente efetuados, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
3. Os preços referidos nos números anteriores incluem todos os custos, encargos e despesas a suportar pelo Contraente Público relativos à execução do Contrato, tais como, e a título meramente exemplificativo, as despesas de alojamento, de alimentação, de fardamento e de transporte e deslocação de meios humanos, as despesas de aquisição, modificação e caracterização dos veículos, as despesas com transportes, seguros, inspeções obrigatórias, revisões mecânicas, conservação e reparação e combustíveis, as despesas com o sistema de bilhética e respetivos consumíveis, com livros/formulários de requisição de passe, as comissões, despesas administrativas, autorizações e licenças, emolumentos, renovações, cauções e coimas, as despesas de armazenamento e manutenção de meios materiais, com instrumentos, materiais de consumo e montagem, quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças ou por conta de direitos de propriedade intelectual e, bem assim, as despesas com os demais serviços acessórios aos serviços objeto do procedimento.
4. Não poderão ser propostos adiantamentos por conta dos serviços a prestar e não haverá lugar, em qualquer caso, à revisão de preços.

Cláusula 14.^a

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo Contraente Público, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2. Em caso de discordância por parte do Contraente Público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao Prestador de Serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o Prestador de Serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

Cláusula 15.^a

Caução e execução

1. Após adjudicação, o Prestador de Serviços apresenta, nos termos previstos no Programa do Procedimento, uma caução no valor de 5% do montante total do preço contratual, com exclusão do IVA, tendo em vista garantir o bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato.
2. A caução prestada pode ser executada pela Contraente Público sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer importâncias que se mostrem devidas por força do não cumprimento pelo Prestador de Serviços das obrigações legais ou contratuais, tais como, a título exemplificativo, créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo, por parte do Prestador de Serviços, das obrigações contratuais legais, incluindo o pagamento de penalidades contratuais ou sanções pecuniárias compulsórias, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no Contrato ou na lei.
3. A resolução do Contrato pelo Contraente Público não impede a execução da caução contanto que para tal haja fundamento.
4. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o Prestador de Serviços na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 10 (dez) dias após a notificação por parte do Contraente Público para esse efeito.
5. A caução a que se referem os números anteriores é libertada nos termos do artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 16.^a

Penalidades contratuais e sanções pecuniárias compulsórias

1. Sem prejuízo do disposto nas cláusulas seguintes a respeito da resolução do Contrato, o incumprimento pelo Prestador de Serviços de quaisquer das suas

obrigações emergentes do Contrato ou demais documentos do Concurso, ou de norma legal ou regulamentar aplicável, pode dar lugar à aplicação pelo Contraente Público de penalidades contratuais, até ao limite máximo de 20% (vinte por cem) do valor do Contrato.

2. O limite previsto no número anterior poderá ser elevado para 30% (trinta por cem) do preço contratual, caso o Contraente Público opte por não resolver o Contrato, por daí poder resultar grave dano para o interesse público.

3. O incumprimento de obrigações contratuais pelo Prestador de Serviços é classificado de leve, grave ou muito grave.

4. Constitui incumprimento leve das obrigações do Prestador de Serviços a violação de regras atinentes à higiene e conforto do material circulante e do dever de urbanidade do Prestador de Serviços e dos seus trabalhadores e representantes para com os utilizadores do serviço.

5. Constitui incumprimento grave das obrigações do Prestador de Serviços:

- a) A prática reiterada pelo Prestador de Serviços de incumprimentos classificados como leves, entendendo-se como tal a ocorrência de 3 (três) situações da mesma natureza no mesmo período de 30 (trinta) dias;
- b) O incumprimento pelo Prestador de Serviços dos níveis de serviço contratualmente estabelecidos, incluindo, designadamente, as obrigações relativas a horários e frequências, considerando-se, a título de exemplo, que existe incumprimento grave, para efeitos da presente cláusula, em caso de não realização de uma circulação programada ou de desvio superior a 30 minutos relativamente ao horário programado;
- c) A violação pelo Prestador de Serviços de qualquer regra atinente à segurança e conservação dos bens afetos à execução do Contrato;
- d) A violação pelo Prestador de Serviços de quaisquer disposições legais aplicáveis às atividades que integram o objeto do Contrato;
- e) O incumprimento pelo Prestador de Serviços de determinações do Contraente Público validamente proferidas ao abrigo do Contrato;
- f) A falta ou atraso no envio pelo Prestador de Serviços de informação que este deva prestar ao Contraente Público;
- g) Qualquer outro incumprimento que coloque em causa a ininterruptibilidade, segurança, qualidade ou regularidade dos serviços objeto do Contrato.

6. Constitui incumprimento muito grave das obrigações do Prestador de Serviços:

- a) A prática reiterada pelo Prestador de Serviços de incumprimentos classificados como graves, entendendo-se como tal a ocorrência de 3 (três) situações da mesma natureza no mesmo período de 30 (trinta) dias;
 - b) A interrupção, total ou parcial, da prestação dos serviços objeto do Contrato, por motivos imputáveis ao Prestador de Serviços, considerando-se haver interrupção dos serviços quando sejam suprimidas mais de três circulações programadas;
 - c) A violação das regras tarifárias e de bilhética;
 - d) A subcontratação de serviços não devidamente autorizada pelo Contraente Público;
 - e) A prestação de informação falsa ou adulterada ao Prestador de Serviços;
 - f) A prática de atos que impeçam ou dificultem o acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato, incluindo ao nível da manutenção e conservação de equipamentos e sistemas de recolha e tratamento de dados de exploração, acesso a veículos e instalações ou outros.
7. No caso de situações não previstas nesta cláusula, a gravidade da infração será determinada pelo Contraente Público em função das consequências do incumprimento.
8. O montante das penalidades contratuais é fixado pelo Contraente Público, até ao limite referido no n.º 1 da presente cláusula, considerando a gravidade do incumprimento e o seu impacto na prestação dos serviços contratualizados, podendo variar, em relação ao preço global proposto pelo Adjudicatário, entre os seguintes valores:
- a) No caso de incumprimentos leves, entre 1‰ (um por mil) e 5‰ (cinco por mil) por cada situação de infração;
 - b) No caso de incumprimentos graves, entre 5‰ (cinco por mil) e 1% (um por cem) por cada situação de infração;
 - c) No caso de incumprimentos muito graves, entre 1% (um por cem) e 2% (dois por cem) por cada situação de infração.
9. Independentemente da aplicação de penalidades contratuais com fundamento no incumprimento do Contrato, pode o Contraente Público, nas situações de incumprimento grave ou muito grave, determinar a aplicação de sanções pecuniárias compulsórias destinadas a incentivar o Prestador de Serviços a fazer cessar a situação de incumprimento ou a remover as causas de tal incumprimento, podendo a sanção diária ser fixada entre 2‰ (dois por mil) e 5‰ (cinco por mil).

10. A aplicação de penalidades ou sanções pecuniárias compulsórias deverá ser precedida de audiência prévia, devendo o Prestador de Serviços responder fundamentadamente ao projeto de decisão de aplicação das sanções contratuais no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação.

11. O Prestador de Serviços deve proceder ao pagamento das penalidades contratuais previstas na presente cláusula, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da notificação da decisão final de aplicação das mesmas; este prazo reduz-se para 5 (cinco) dias em caso de aplicação de sanções pecuniárias compulsórias.

12. Em caso de não pagamento pelo Prestador de Serviços das penalidades contratuais ou das sanções pecuniárias compulsórias aplicadas nos termos da presente cláusula, pode o Contraente Público executar a caução, deduzir o montante devido pelo Prestador de Serviços a esse título, do montante a pagar ao Prestador de Serviços a título de compensação por obrigações de serviço público e/ou deduzir o montante das sanções nos pagamentos que sejam devidos ao Prestador de Serviços subsequentemente à data da verificação do facto que tenha dado origem àquela aplicação.

13. As penas previstas nos números anteriores, não excluem o dever do Prestador de Serviços de indemnizar os utilizadores do serviço de transporte de passageiros por danos que lhe sejam causados ou pelo incumprimento das obrigações do serviço público de transporte decorrente do presente Caderno de Encargos e respetivo Contrato.

Cláusula 17.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao Prestador de Serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de força maior, entendendo-se como tal, todo e qualquer evento ou circunstâncias imprevisíveis ou inevitáveis, que impossibilitem, total ou parcialmente e de forma definitiva ou temporária, o cumprimento das obrigações contratuais, que sejam totalmente alheias à vontade e controlo da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do Contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, caso se verifiquem os requisitos do número anterior, designadamente, o estado de guerra, declarada ou não, catástrofes naturais, tais como sismos, inundações e incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios

internacionais, atos de guerra ou terrorismo, rebeliões, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas e ainda obras na via pública que impeçam totalmente a circulação rodoviária, manifestações populares e eventos devidamente autorizados.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Prestador de Serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Prestador de Serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou, de outra forma, resultantes do incumprimento pelo Prestador de Serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Prestador de Serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Prestador de Serviços, cuja causa, propagação ou proporções, se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Prestador de Serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A Parte que invoque um evento de força maior como causa do não cumprimento das suas obrigações contratuais, deverá comunicá-lo, fundamentadamente, à outra Parte, com a máxima antecedência ou assim que possível, informando, desde logo, do prazo previsível para o restabelecimento da normalidade contratual.

6. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

7. No caso de o evento de força maior apenas impedir parcialmente o cumprimento das obrigações do Contrato, mantém-se o dever de cumprimento das demais obrigações que não sejam afetadas pelo referido evento.

Cláusula 18.^a

Resolução por parte do Contraente Público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do Contrato previstos na lei, o Contraente Público pode resolver o Contrato, a título sancionatório, no caso de o Prestador de Serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Prestador de Serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Contraente Público.
3. A resolução do Contrato pelo Contraente Público não prejudica o direito de indemnização deste a ser ressarcido pelos prejuízos que lhe advenham da conduta do Prestador de Serviços e dessa resolução.
4. Nos casos de resolução sancionatória, havendo lugar a responsabilidade do Prestador de Serviços, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo do Contraente Público poder executar as garantias prestadas por aquele.

Cláusula 19.^a

Resolução por parte do Prestador de Serviços

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Prestador de Serviços pode resolver o Contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida por um período superior a seis meses ou o montante em dívida exceda 25% (vinte e cinco por cem) do preço contratual, excluindo juros.
2. O direito de resolução do Prestador de Serviços é exercido por via judicial, salvo nos casos do n.º 1 da presente cláusula, em que o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Contraente Público, a qual produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do Contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Prestador de Serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do Contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 20.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 21.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo Prestador de Serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 22.^a

Cessão de posição contratual por motivos de incumprimento

1. Para efeitos do disposto no artigo 318.º-A do Código dos Contratos Públicos, em caso de incumprimento pelo Prestador de Serviços das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do Contrato, o Contraente Público pode, em alternativa, determinar a cessão da posição contratual do Prestador de Serviços ao concorrente do procedimento pré-contratual que venha a ser indicado pelo Contraente Público, pela ordem sequencial da ordenação de propostas ocorrida naquele procedimento.
2. A execução do Contrato ocorre nas mesmas condições propostas pelo Adjudicatário inicial, sem prejuízo da faculdade de modificação objetiva do Contrato que assiste ao Contraente Público e dentro dos limites legais para tal modificação.
3. A cessão da posição contratual prevista na presente cláusula opera por mero efeito de ato do Contraente Público, sendo eficaz a partir da data por este indicada.
4. Os direitos e obrigações do Adjudicatário inicial, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato referido no número anterior, transmitem-se automaticamente para o novo prestador de serviços na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor.
5. A caução e as garantias prestadas pelo Adjudicatário inicial são objeto de redução na proporção do valor das prestações efetivamente executadas e são liberadas seis meses após a data da cessão, ou, no caso de existirem obrigações de garantia, após o final dos respetivos prazos, mediante comunicação dirigida pelo Contraente Público aos respetivos depositários ou emitentes.

6. A posição contratual do Adjudicatário inicial nos subcontratos por si celebrados transmite-se automaticamente para o novo Prestador de Serviços, salvo em caso de recusa por parte deste.

Cláusula 23.^a

Cessão de Créditos

Carece de autorização prévia e escrita por parte do Contraente Público, qualquer cessão, a terceiros, de créditos que o Prestador de Serviços venha a ter direito no âmbito da execução do Contrato a que der origem o presente procedimento.

Cláusula 24.^a

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do Contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no Contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do Contrato deve ser comunicada à outra parte.
3. As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do Contrato.

Cláusula 25.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no Contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 26.^a

Legislação aplicável

O Contrato é regulado pela legislação portuguesa.

PARTE II

CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 27.^a

Definição dos circuitos e periodicidade

As obrigações de serviço público decorrentes do Contrato assentam no cumprimento de um serviço de transporte de passageiros regular prestados no Município de Loulé, nas localidades de Quarteira, Loulé e Almancil. A rede é composta por 12 (doze) linhas seguidamente descritas:

1. Em Quarteira a rede é composta por 5 (cinco) linhas e terá a seguinte estrutura:
 - a) Linha Verde Curta, em formato de “O” com origem-destino em Vilamoura (Paragem 17) - São Pedro do Mar (Paragem 33). Esta linha funciona todo o ano;
 - b) Linha Verde Longa, em formato de “O” com origem-destino em Vilamoura (Paragem 17 - Fonte Santa (Paragem 38). Esta linha funciona todo o ano e no período especial de verão tem um alargamento de horários;
 - c) Linha Vermelha, tipo *Shuttle bus*, com início e termo no Terminal Rodoviário (Paragem 1) e Estação Ferroviária de Loulé/Quarteira. Corresponde a um serviço de ligação intermodal aos serviços de transporte de passageiros em comboio e implica a espera mínima de 5 minutos após a chegada do comboio e tomada de eventuais passageiros. Esta linha pode funcionar em modo de transporte a pedido com apoio de serviço de “*call center*” do prestador de serviço. Esta linha funciona todo o ano;
 - d) Linha Verde Noturna, em formato de “O” com origem-destino em Vilamoura (Paragem 17) - Parque de Campismo (Paragem 36). Esta linha só funciona no período especial de verão;
 - e) Linha Branca, em formato de “O”, com origem-destino em Vilamoura (Paragem 1) - Falésia (Paragem 17). Esta linha só funciona no período especial de verão;
 - f) As Linhas Verde Noturna e Branca no período noturno após as 20h00 min cumprir-se-ão em formato de “8” mantendo a continuidade entre Quarteira e Vilamoura sem necessidade de transbordo e sem necessidade de bilhete adicional;
2. As Linhas de Quarteira têm a seguinte extensão e duração dos circuitos:
 - a) A Linha Verde Curta tem uma extensão de 10.400 (dez mil e quatrocentos) metros, sendo a sua duração de aproximadamente 30 (trinta) minutos;

- b) A Linha Verde Longa tem uma extensão de 14.000 (catorze mil) metros, sendo a sua duração de aproximadamente 45 (quarenta e cinco) minutos;
 - c) A Linha Vermelha tem uma extensão, ida e volta, de 14.800 (catorze mil e oitocentos) metros, sendo a sua duração aproximada de 15 (quinze) minutos para cada lado. Corresponde a um serviço de ligação intermodal aos serviços de transporte de passageiros em comboio e implica a espera mínima de 5 (cinco) minutos após a chegada do comboio e tomada de eventuais passageiros.
 - d) A Linha Verde Noturna tem uma extensão de 9.600 (nove mil e seiscentos) metros, sendo a sua duração de aproximadamente 25 (vinte e cinco) minutos;
 - e) A Linha Branca tem uma extensão de 9.900 (nove mil e novecentos) metros, sendo a sua duração aproximada de 30 (trinta) minutos;
3. Em Loulé a rede é composta por 4 (quatro) linhas e terá a seguinte estrutura:
- a) Linha Amarela, em formato de “8”, com início e termo no Terminal Rodoviário de Loulé (Paragem 1) e Franqueada (Paragem 11). Esta linha funciona todo o ano;
 - b) Linha Azul Curta, em formato de “8”, com início e termo no Terminal Rodoviário de Loulé (Paragem 1) e Vale de Rãs (Paragem 13). Esta linha funciona todo o ano;
 - c) Linha Azul Longa, em formato de “8”, com início e termo no Terminal Rodoviário de Loulé (Paragem 1) e Barreiras Brancas (Paragem 17). Esta linha funciona todo o ano;
 - d) Linha Vermelha, tipo *Shuttle bus*, com início e termo no Terminal rodoviário de Loulé, lado descendente e Estação Ferroviária de Loulé/Quarteira. Corresponde a um serviço de ligação intermodal aos serviços de transporte de passageiros em comboio e implica a espera mínima de 5 (cinco) minutos após a chegada do comboio e tomada de eventuais passageiros. Esta linha pode funcionar em modo de transporte a pedido com apoio de serviço de “*call center*” do Prestador de Serviços. Esta linha funciona todo o ano;
 - e) As Linhas Amarela e Azuis cumprir-se-ão em formato de “8” mantendo a continuidade entre as duas zonas da cidade sem necessidade de transbordo e sem necessidade de bilhete adicional.
4. As Linhas de Loulé têm a seguinte extensão e duração dos circuitos:
- a) A Linha Amarela tem uma extensão de 9.000 (nove mil) metros, sendo a sua duração aproximada de 30 (trinta) minutos;
 - b) A Linha Azul Curta tem uma extensão de 7.500 (sete mil e quinhentos) metros, sendo a sua duração aproximada de 30 (trinta) minutos;

- c) A Linha Azul Longa tem uma extensão total de 9.700 (nove mil e setecentos) metros, sendo a sua duração aproximada de 30 (trinta) minutos;
 - d) A Linha Vermelha tem uma extensão a 13.700 (treze mil e setecentos) metros, sendo a sua duração aproximada de 15 (quinze) minutos para cada lado.
5. Em Almancil a rede é composta por 3 (três) linhas e terá a seguinte estrutura:
- a) Linha Roxa Longa, com início e termo no Centro Almancil em Rua do Vale Formoso (Paragem 1) e Mar Shopping (Paragem 17). Esta linha funciona todo o ano;
 - b) Linha Roxa Curta, com início e termo no Centro Almancil em Rua do Vale Formoso (Paragem 1) e Mar Shopping (Paragem 17). Esta linha funciona todo o ano;
 - c) Linha Vermelha, tipo *Shuttle bus*, com início e termo no Centro Almancil em Rua do Vale Formoso (Paragem 1) e Estação Ferroviária de Loulé/Quarteira. Corresponde a um serviço de ligação intermodal aos serviços de transporte de passageiros em comboio e implica a espera mínima de 5 (cinco) minutos após a chegada do comboio e tomada de eventuais passageiros. Esta linha funciona todo o ano. Esta linha pode funcionar em modo de transporte a pedido com apoio de serviço de “*call center*” do Prestador de Serviços. Esta linha funciona todo o ano;
6. As Linhas de Almancil têm a seguinte extensão e duração dos circuitos:
- a) A Linha Roxa Longa tem uma extensão de 23.300 (vinte e três mil e trezentos) metros, sendo a sua duração de aproximadamente 75 (setenta e cinco) minutos;
 - b) A Linha Roxa Curta tem uma extensão de 18.000 (dezoito mil) metros, sendo a sua duração de aproximadamente 50 (cinquenta) minutos;
 - c) A Linha Vermelha tem uma extensão de 9.500 (nove mil e quinhentos) metros, sendo a sua duração de aproximadamente 30 (trinta) minutos.
7. Os circuitos e paragens das Linhas correspondem à descrição apresentada em:
- a) Linha Verde Curta no Anexo I;
 - b) Linha Verde Longa no Anexo I;
 - c) Linha Verde Noturna no Anexo II;
 - d) Linha Branca no Anexo III;
 - e) Linha Amarela no Anexo IV;
 - f) Linha Azul Curta no Anexo IV;
 - g) Linha Azul Longa no Anexo IV;
 - h) Linha Roxa Longa no Anexo V;
 - i) Linha Roxa Curta no Anexo V;
 - j) Linha Vermelha no Anexo VI.

8. Os horários e cadências das Linhas correspondem ao detalhe apresentado em:
- a) Linha Verde Curta em Anexo VII;
 - b) Linha Verde Longa em Anexo VII;
 - c) Linha Verde Noturna em Anexo VIII;
 - d) Linha Branca em Anexo IX;
 - e) Linha Amarela em Anexo X;
 - f) Linha Azul Curta em Anexo X;
 - g) Linha Azul Longa em anexo X;
 - h) Linha Roxa Curta em Anexo XI;
 - i) Linha Roxa Longa em Anexo XI;
 - j) Linha Vermelha em Anexo XII;
 - k) Os horários e cadências para as paragens de origem, intermédias e destino deverão ser cumpridos de acordo com o previsto;
 - l) Os horários da Linha Vermelha estão sujeitos à necessária correspondência com os horários de transporte de passageiros em comboio;
 - m) O Serviço Especial de Verão cumprir-se-á no período de 01 de julho a 10 de setembro.
9. O Contraente Público poderá ordenar a realização ocasional de outros serviços, até ao limite de 24.781 (vinte e quatro mil, setecentos e oitenta e um) quilómetros (v.km) em carga, sem que o Prestador de Serviços possa recusar-se a realizar tais as prestações, para dar resposta às situações seguidamente descritas:
- a) Alterações ao percurso para mais ou para menos decorrente de alterações de sentidos de trânsito ou intervenções na via pública;
 - b) Realizar serviços adicionais de desdobramento;
 - c) Responder a necessidades pontuais de serviço público (Serviço flexível).
10. Os serviços ordenados nos termos do número anterior não são qualificados como trabalhos complementares nem são contabilizados para efeitos do disposto no artigo 370.º do CCP, aplicado *ex vi* artigo 454.º do CCP.

Cláusula 28.^a

Alteração dos circuitos

1. O Contraente Público reserva-se o direito de proceder à alteração dos horários e circuitos identificados na cláusula anterior.

2. A alteração mencionada no número anterior deverá ser comunicada por escrito ao Prestador de Serviços, com uma antecedência, sempre que possível, de 30 (trinta) dias.

3. Os serviços previstos no n.º 9 da Cláusula 27.^a, realizar-se-ão a pedido do Contraente Público mediante comunicação por escrito e a sua não realização não confere direito de indemnização do Prestador de Serviços.

Cláusula 29.^a

Veículos

1. Para a execução de cada um dos circuitos definidos na cláusula 27.^a, serão afetos em regime de exclusividade à prestação de serviços veículos com as seguintes características:

- a) Pesados de passageiros de Classe I;
- b) Primeira matrícula com data de 2014 ou posterior. A idade média da frota no início da prestação de serviço constitui um dos critérios de avaliação de propostas conforme definido no Programa do Procedimento;
- c) Que cumpram no mínimo as normas europeias EURO VI, incluindo os de tração híbrida, quando aplicável;
- d) Com lotação igual ou superior a 24 (vinte e quatro) lugares;
- e) Dotados de duas portas de serviço no lado direito, de funcionamento assistido acionadas pelo condutor;
- f) Equipados com dispositivo de embarque de passageiros com mobilidade reduzida;
- g) Um lugar específico para acomodar uma cadeira de rodas;
- h) Sistema de ar condicionado e de aquecimento;
- i) Dispositivo para validação dos títulos de transporte (de acordo com o sistema definido na cláusula 34.^a, deste Caderno de Encargos);
- j) Painel eletrónico exterior com a identificação da Linha a que estiver adstrito;
- k) WIFI de acesso livre e gratuito à internet com sinalização no exterior do veículo (definido no Anexo XIII) e no interior;
- l) Comprimento máximo inferior a 10 (dez) metros.

2. Os veículos a afetar à prestação do serviço em exclusividade, devem ser no mínimo de 5 unidades.

3. Os veículos afetos, em exclusividade, à prestação do serviço deverão estar devidamente caracterizados, ostentando uma cor uniforme e imagem exterior que

identifique o serviço prestado, de acordo com o Anexo XIII, sendo que as referências Pantone e a imagem final serão fornecidos pelo Contraente Público após a adjudicação, depois de conhecidos os modelos dos veículos a afetar à prestação de serviço.

4. Os veículos a afetar à prestação do serviço em regime de substituição, devem possuir as seguintes características:

- a) Pesados de passageiros de Classe I;
- b) Primeira matrícula com data de 2010 ou posterior. A idade média da frota no início da prestação de serviço constitui um dos critérios de avaliação de propostas conforme definido no programa do procedimento;
- c) Que cumpram no mínimo as normas europeias EURO V, incluindo os de tração híbrida, quando aplicável;
- d) Com lotação igual ou superior a 24 (vinte e quatro) lugares;
- e) Dotados de duas portas de serviço no lado direito, de funcionamento assistido acionadas pelo condutor;
- f) Equipados com dispositivo de embarque de passageiros com mobilidade reduzida;
- g) Um lugar específico para acomodar uma cadeira de rodas;
- h) Sistema de ar condicionado e de aquecimento;
- i) Dispositivo para validação dos títulos de transporte (de acordo com o sistema definido na cláusula 34.^a, deste Caderno de Encargos);
- j) Painel eletrónico exterior com a identificação da Linha a que estiver adstrito;
- k) Comprimento máximo inferior a 10 (dez) metros.

5. Os veículos a afetar à prestação do serviço em regime de substituição devem ser, no mínimo 1 (um) unidade.

6. Os veículos de substituição devem, no mínimo, ostentar uma cor uniforme e identificar o serviço prestado.

7. Os veículos de substituição devem ser afetos à presente prestação de serviço pelo tempo estritamente necessário, havendo necessidade de justificação técnica da avaria ao Contraente Público para períodos superiores a 24 (vinte e quatro) horas.

8. Os veículos a afetar à prestação deverão ser de modelo homologado pelas entidades oficiais competentes e possuir todas as características regulamentares, encontrando-se devidamente inspecionados e licenciados nos termos da legislação em vigor.

9. Os veículos afetos à prestação do serviço, incluindo os de substituição, deverão dispor permanentemente de Sistema de Localização GPS que permita ao Contraente Público:

- a) Uma verificação remota em tempo real do cumprimento dos circuitos e horários percorridos;
 - b) Os dados técnicos necessários e suficientes e para a sua interligação com soluções tecnológicas de gestão da Rede e de informação ao cliente.
10. O Prestador de Serviços autoriza ao Contraente Público a instalação de outro sistema nos veículos afetos ao serviço, caso se verifique que o sistema de Localização GPS disponibilizado não permite realizar as seguintes operações:
- a) Localização em tempo real dos veículos;
 - b) Acesso detalhado a todas as movimentações dos veículos;
 - c) Análise de perfis de condução;
 - d) Acesso a tarefas realizadas;
 - e) Alertas em tempo real;
 - f) Entradas e saídas de áreas;
 - g) Consumo de combustível;
 - h) Médias de consumo combustível;
 - i) Viagens com temperatura na cabine;
 - j) Km totais;
 - k) Viaturas sem comunicar.
11. O Prestador de Serviços deve afetar à prestação do serviço a quantidade de veículos adequada para o cumprimento dos serviços identificados, sendo que a quantidade mínima exigida pelo Contraente Público, cumprindo as características mencionadas no n.º 1 e no n.º 4 da presente cláusula, valorizando-se veículos com as seguintes motorizações:
- a) Motorização elétrica;
 - b) Motorização híbrida ou a gás natural;
 - c) Motorização Euro VI.
12. Os veículos a afetar à prestação do serviço em regime de exclusividade deverão estar dotados de sistema porta bicicletas, em cumprimento com a Deliberação n.º 292/2019 publicada no Diário da República, 2.ª série — N.º 53 — 15 de março de 2019.

Cláusula 30.^a

Manutenção dos veículos

O Prestador de Serviços garantirá a limpeza, reparação e manutenção (humanos e oficinais) dos veículos que prestam o serviço objeto do Contrato, garantido sempre a

sua plena funcionalidade e operacionalidade, a segurança dos passageiros e assegurando que se apresentam sempre em ótimas condições de limpeza, higiene e salubridade.

Cláusula 31.^a

Motoristas

1. Os motoristas devem possuir habilitação legal para o efeito.
2. Os motoristas deverão acautelar uma condução confortável e segura para os utilizadores do transporte público e demais utilizadores da via pública.
3. A apresentação do pessoal em serviço deve ser de modo devidamente identificado através de fardamento próprio com identificação visível do nome do motorista.
4. O pessoal em serviço deve usar de cortesia na relação com o público e deve ser deter conhecimentos relevantes sobre os transportes públicos (rede, tarifário, paragens) e a proximidade a pontos de interesse.

Cláusula 32.^a

Fiscalização

1. O Prestador de Serviços poderá realizar ações de fiscalização aos utilizadores do serviço de transporte e do sistema de bilhética, nos termos previstos na legislação em vigor.
2. O pessoal ao serviço da fiscalização deve apresentar-se devidamente identificado através de fardamento próprio com identificação visível do nome do controlador.

Cláusula 33.^a

Seguros

1. É da responsabilidade do Prestador de Serviços assegurar a cobertura do risco na execução das prestações objeto do Contrato, designadamente, de todos os danos patrimoniais e não patrimoniais que possam ser causados no âmbito da execução do Contrato, através da contratação e manutenção em vigor de apólice de seguro adequada nos termos e nas condições estabelecidas na legislação aplicável, nomeadamente um seguro de responsabilidade civil por danos sofridos por terceiros.
2. O Prestador de Serviços deverá, ainda, contratar e manter em vigor um seguro de acidentes de trabalho para todo o seu pessoal, bem como todos os demais seguros

legalmente exigíveis para as atividades a desenvolver no âmbito da execução do Contrato a celebrar.

3. O Contraente Público pode exigir a qualquer momento prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o Prestador de Serviços apresentá-la no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a sua notificação.

Cláusula 34.^a

Sistema de Bilhética e Sistema de Apoio à Exploração

O Prestador de Serviços fica obrigado a implementar um sistema de bilhética sem contacto e um sistema de apoio à exploração, os quais deverão respeitar os seguintes requisitos:

1. Os cartões sem contacto a utilizar deverão ser do tipo MIFARE (ISO/IEC 14443 Tipo A), ou equivalente.
2. O Sistema de Bilhética deverá estar preparado para a leitura e validação de cartões dos seguintes tipos:
 - a) MIFARE (ISO/IEC 14443 Tipo A);
 - b) CALYPSO (ISO/IEC 14443 Tipo B).
3. Serão valorizadas as propostas que prevejam a possibilidade de utilização de sistemas de Bilhética Móvel baseados em *smartphones* equipados com sistema NFC (*Near Field Communication*) ou Código QR (*Quick Reference*).
4. Todos os veículos utilizados na exploração do Serviço Público devem dispor dos equipamentos necessários para a bilhética sem contacto, devidamente integrados com o Sistema de Apoio à Exploração (SAE).
5. O Sistema de Bilhética deverá estar integrado com o Sistema de Apoio à Exploração e, em cada validação, deverá ser registado na base de dados do Sistema de Bilhética, no mínimo, a identificação do suporte do título de transporte, o tipo de título de transporte, a linha, o sentido, a paragem, a data e a hora.
6. O modelo de dados a utilizar no Sistema de Bilhética deverá ser aberto (não do Prestador de Serviços).
7. O Sistema de Bilhética deverá dispor de um Sistema Central que compile toda a informação recolhida e enviada pelos módulos instalados em cada veículo e de terminais móveis para realização de ações de fiscalização comercial).

8. O Sistema de Bilhética deverá incluir funcionalidades de monitorização do estado de funcionamento dos módulos embarcados, bem como a geração automática de alertas perante situações anómalas.
9. O Sistema de Bilhética deve permitir o armazenamento e consulta de todas as transações e registos (clientes, cartões, vendas, carregamentos, validações, fiscalizações, eventos, alarmes, etc.) e dispor de uma ferramenta de realização de consultas e produção de relatórios.
10. O Sistema de Bilhética deverá estar preparado para possibilitar a produção de relatórios, contendo designadamente a informação e os indicadores de reporte definidos para o acompanhamento da prestação de serviços, e a sua exportação para ficheiros em formato editável, designadamente para formato Excel.
11. O Sistema de Bilhética e o Sistema de Apoio à exploração deverão assegurar a transmissão em tempo real das informações necessárias para alimentar o Website e a Aplicação Móvel, quando aplicável.
12. O Sistema de Bilhética do Prestador de Serviços deverá estar preparado para assegurar a interoperabilidade com outros sistemas de bilhética sem contacto utilizados noutros serviços de transporte público que operem na região do Algarve, permitindo aos passageiros utilizar títulos de transporte intermodais na rede urbana do Município de Loulé.
13. A interoperabilidade deverá ser assegurada, no mínimo, com base em cartões MIFARE (ISO/IEC 14443 Tipo A).
14. Todos os veículos utilizados na exploração do Serviço Público devem dispor de Sistema de Apoio à Exploração (SAE), em permanente estado de funcionamento.
15. O Sistema de Apoio à Exploração deverá registar, de forma permanente, no mínimo, a localização do veículo, a Tipologia de Circulação, a carreira, o sentido, a circulação (segundo o horário em vigor), a paragem, a data/hora, a matrícula do veículo, o turno, as distâncias percorridas, as velocidades e eventos.
16. A localização de cada veículo deverá ser obtida através de sistema GPS ou Galileo. Quando cada veículo atravessa uma zona-sombra, a sua localização deve ser estimada através de odómetro ou outro tipo de tecnologia.
17. O Sistema de Apoio à Exploração deverá permitir gerar um mapa das zonas-sombra verificadas na região onde se insere a rede “Apanha-me”.
18. O Sistema de Apoio à Exploração deverá estar integrado com o Sistema de Bilhética.

19. O modelo de dados a utilizar no Sistema de Apoio à Exploração deverá ser aberto (não proprietário).
20. O Sistema de Apoio à Exploração deverá dispor de um Sistema Central de gestão que compile toda a informação reportada pelos módulos embarcados em cada veículo.
21. Cada módulo embarcado do Sistema de Apoio à Exploração deverá transmitir ao Sistema Central, em tempo real, a localização e demais informações relevantes relativas a cada veículo.
22. O Sistema de Apoio à Exploração deverá permitir ao Prestador de Serviços realizar livremente a atualização e edição das bases de dados relativas à exploração do Serviço Público, designadamente carreiras, variantes e parcelares, percursos, horários e circulações, paragens, frota de veículos, turnos, etc.
23. O Sistema de Apoio à Exploração deverá incluir funcionalidades de monitorização do estado de funcionamento dos módulos embarcados, bem como a geração automática de alertas perante situações anómalas.
24. O Sistema de Apoio à Exploração deverá possibilitar a produção de relatórios, contendo designadamente a informação e os indicadores de reporte definidos para o acompanhamento da prestação de serviços, e a sua exportação para ficheiros em formato editável, designadamente para formato Excel.
25. O Prestador de Serviços obriga-se a facultar ao Concedente um acesso remoto ao Sistema Central de gestão do Sistema de Apoio à Exploração, com possibilidade de utilização de todas as funcionalidades de consulta e produção de relatórios (e respetivo download), sem permissões para edição de dados.
26. O Prestador de Serviços obriga-se a disponibilizar os dados provenientes do Sistema de Bilhética e do Sistema de Apoio à Exploração para alimentar um sistema de informação ao público que o Contraente Público venha a implementar.
27. O Prestador de Serviços deverá facultar ao Contraente Público um acesso remoto ao sistema de gestão do Sistema de Bilhética e ao Sistema de Apoio à Exploração, sem permissões de edição, com possibilidade de realização de operações de consulta, produção e *download* de relatórios previamente acordados.

Cláusula 35.^a

Títulos de transporte e tarifário

1. O Prestador de Serviços obriga-se a disponibilizar os seguintes títulos de transporte, conforme tarifário indicado no Anexo XIV:

a) Bilhetes:

- i. Bilhetes de bordo (cidade e *shuttle*): válido para uma viagem;
- ii. Bilhete turístico: válido para toda a rede para um número ilimitado de viagens dentro do período de validade.

b) Passes (mensal e anual):

- i. Passe Normal: válido para toda a rede para um número ilimitado de viagens dentro do período de validade;
- ii. Passe Criança: válido para toda a rede para um número ilimitado de viagens dentro do período de validade. Para passageiros com idade igual ou inferior a 13 (treze) anos;
- iii. Passe Jovem: válido para toda a rede para um número ilimitado de viagens dentro do período de validade. Para passageiros com idade igual ou inferior a 21 (vinte e um) anos;
- iv. Passe Sénior: válido para toda a rede para um número ilimitado de viagens dentro do período de validade. Para passageiros com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;
- v. Passe Sénior Social: válido para toda a rede para um número ilimitado de viagens dentro do período de validade. Para passageiros com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos e beneficiários de Cartão Municipal Sénior de acordo com o Regulamento de Cartão Municipal Sénior no Concelho de Loulé, Aviso n.º 1097/2008, de 11 de janeiro.

2. Qualquer alteração sobre bilhética e respetivos preços deverá o Contraente Público informar o operador de serviço público com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

3. O produto das tarifas cobradas aos utentes pela utilização do transporte coletivo ou o resultado das vendas de quaisquer outros módulos, constitui integralmente receita do Contraente Público.

4. O produto da venda dos títulos de transporte é creditado em conta bancária a designar pelo Contraente Público, associando o respetivo documento contabilístico de suporte no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados a partir do mês àquele a que a receita diz respeito.

5. Os encargos associados à bilhética e sua gestão são assumidos pelo operador de serviço público de transporte.
6. O Contraente Público poderá a qualquer altura do período contratual, adquirir e assumir a total substituição do sistema de gestão de bilhética e respetivos terminais de controlo e venda, desde que o comunique ao Prestador de Serviços com um aviso prévio de 60 (sessenta) dias.

Cláusula 36.^a

Cartões de Suporte

1. O Prestador de Serviços disponibilizará aos utilizadores cartões de suporte sem contacto para o carregamento dos títulos de transporte, designadamente:
 - a) Cartão para carregamento de bilhetes 24h e 48h (válidos por um ano), se aplicável;
 - b) Cartões em PVC, personalizados, para carregamento dos passes mensais e anuais (válidos por 4 (quatro) anos).
2. Os preços de venda ao público dos cartões de suporte não poderão ultrapassar os seguintes limites máximos:
 - a) Cartões em PVC, personalizados, para carregamento dos passes: €6 (seis euros).
3. O prazo para emissão e entrega dos cartões de suporte personalizado aos clientes não poderá ultrapassar os 5 (cinco) dias úteis.
4. O *design* gráfico dos cartões respeitará a imagem gráfica do APANHA-ME conforme Anexo XV.

Cláusula 37.^a

Publicidade

A publicidade interna e externa afixada nos veículos é gerida e autorizada pelo Contraente Público.

Cláusula 38.^a

Sistema de acesso controlado de passageiros

1. O sistema de acesso controlado de passageiros é composto pelo conjunto de meios, equipamentos e materiais indispensáveis à emissão e venda dos títulos de transporte identificados no presente Caderno de Encargos, bem como dos meios indispensáveis à sua validação, controlo e fiscalização.

2. Os preços praticados nos circuitos serão definidos por deliberação da Câmara Municipal de Loulé ou pelo Contraente Público, entidade com delegação de competências para sua gestão e exploração.
3. Na eventual revisão dos preços praticados ou dos títulos de transporte utilizáveis, o Contraente Público informará o Prestador de Serviços com 30 (trinta) dias de antecedência, relativamente à data de entrada em vigor das alterações deliberadas.
4. O Prestador de Serviços será responsável por manter a informação de bordo, afixada em sítio bem visível e em boas condições para consulta dos passageiros.

Cláusula 39.^a

Informação ao Público

1. O plano de informação ao público assenta nos seguintes elementos:
 - a) Disponibilização de informação em todas as paragens da rede “APANHA-ME!”, designadamente:
 - i. Mapa da rede “APANHA-ME!”, disponível no abrigo de paragem;
 - ii. Horário de funcionamento da linha, disponível na paragem;
 - iii. Identificação das diferentes linhas, percursos e paragens, horários ou cadência de partida ou passagem, tempos de percurso entre as principais paragens;
 - iv. Informação sobre tarifas, títulos de transportes e locais de venda;
 - v. Identificação das Linhas que servem cada paragem, disponível na paragem.
 - b) No interior de cada autocarro em regime de exclusividade será afixada informação sobre a rede, linhas e paragens, títulos e tarifário, locais e contactos de apoio ao cliente e venda e locais e formas de apresentação de reclamações;
 - c) Disponibilização de informação *on line*, através de plataforma própria da rede “APANHA-ME!” ou outra a definir pelo Contraente Público;
 - d) Cabe ao Contraente Público a manutenção de informação a disponibilizar ao público sendo que cabe ao Prestador de Serviços reportar eventuais anomalias.
2. A pedido do Contraente Público, o Prestador de Serviços fica obrigado a manter atualizada a informação sobre os serviços de transporte na plataforma SIGGESC ou outra plataforma que venha a ser utilizada.
3. Tendo em vista assegurar a alimentação de sistemas de informação ao público em tempo real, o Prestador de Serviços obriga-se a implementar todos os procedimentos técnicos e administrativos para assegurar a transmissão dos dados que se revelem

necessários para alimentar uma aplicação informática que congregue a informação ao público relativa aos transportes públicos no Município de Loulé e na região do Algarve, se e quando o Contraente Público vier a desenvolver, diretamente ou em colaboração com a AMAL, aquelas plataformas informáticas.

4. A transmissão de dados para alimentação das plataformas de informação ao público do Contraente Público ou da AMAL deverá respeitar as normas Net EX ou GTFS *Static*, SIRI ou GTFS *Realtime* e incluir a extensão *translations.txt* (PT/ENG).

5. Aos veículos a afetar em regime de exclusividade deverá ser permitido instalar painel digital interior indicativo da próxima paragem e dispositivos sonoros que informem da aproximação das paragens, de modo a facilitar a sua utilização por pessoas com deficiência visual.

Cláusula 40.^a

Disposição final

O Contraente Público poderá exigir a todo o momento a apresentação dos documentos necessários que comprovem o requerido pelo presente Caderno de Encargos.

Procedimento N.º 23 | 24

Concurso Público Internacional

ANEXO I

Circuitos e Paragens

(Linha Verde Longa)

(Linha Verde Curta)

Objeto do Procedimento

Aquisição da prestação de serviço público de
transporte urbano de passageiros em autocarro no
Município de Loulé

CIRCUITO E PARAGENS

LINHA VERDE LONGA

VILAMOURA - FONTE SANTA

Paragens Ida		Paragens Volta	
17	Marina Vilamoura / Casino	38	Fonte Santa (rotunda)
18	Avenida Tivoli	39	Av. da Fonte Santa (Rua da Pernada)
19	Rua do Sol (Vilamoura Centro)	40	Parque de Campismo
20	Estádio / Piscinas Municipais	41	Av. Francisco Sá Carneiro (Leste / Jardim)
21	Escola D. Dinis	42	Av. Francisco Sá Carneiro (Hotel)
22	Rua D. Dinis (Quinta do Romão)	1	Terminal Rodoviário
23	Av. Carlos Mota Pinto (Quarteira Centro)	2	Rua da Cabine (Sul)
24	Largo das Cortes Reais (Praia / Largo do Mercado)	3	Rua da Cabine (Norte)
25	Rua Gonçalves Velho	4	Rua do Vale
26	Largo Afonso de Albuquerque	5	Rua Filipe Jonas
27	Rua Patrão Lopes	6	Base Proteção Civil / Cemitério
28	Rua do Farol (Poente)	7	Rua 25 de Abril
29	Rua do Farol (Nascente)	8	Rua do Leme
30	Rua do Forte Novo (Poente)	9	Escola Francisca de Aragão
31	Rua do Forte novo (Nascente)	10	Rua 25 de Abril / Rua 1º de Maio
32	Rua da Paz (Centro de Saúde)	11	Igreja Nª Srª da Conceição
33	São Pedro do Mar (Esc. Dra. Laura Ayres)	12	Rua Pôr do Sol (Checul)
34	Rua José Afonso (Jardim Infância)	13	Escola D. Dinis
35	Av. Francisco Sá Carneiro (Leste)	14	Estádio / Piscinas Municipais
36	Parque de Campismo	15	Rua do Sol (Vilamoura Centro)
37	Av. da Fonte Santa (Rua da Pernada)	16	Avenida da Marina
38	Fonte Santa (rotunda)	17	Marina Vilamoura / Casino

CIRCUITO E PARAGENS
LINHA VERDE CURTA
VILAMOURA - SÃO PEDRO DO MAR

Paragens Ida		Paragens Volta	
17	Marina Vilamoura / Casino	33	São Pedro do Mar (Esc. Dra. Laura Ayres)
18	Avenida Tivoli	34	Rua José Afonso (Jardim Infância)
19	Rua do Sol (Vilamoura Centro)	42	Av. Francisco Sá Carneiro (hotel)
20	Estádio / Piscinas Municipais	1	Terminal Rodoviário
21	Escola D. Dinis	2	Rua da Cabine (sul)
22	Rua D. Dinis (Quinta do Romão)	3	Rua da Cabine (norte)
23	Av. Carlos Mota Pinto (Quarteira Centro)	4	Rua do Vale
24	Largo das Cortes Reais (Praia / Largo do Mercado)	5	Rua Filipe Jonas
25	Rua Gonçalo Velho	6	Base Proteção Civil / Cemitério
26	Largo Afonso de Albuquerque	7	Rua 25 de Abril
27	Rua Patrão Lopes	8	Rua do Leme
28	Rua do Farol (Poente)	9	Escola Francisca de Aragão
29	Rua do Farol (Nascente)	10	Rua 25 de Abril / Rua 1º de Maio
30	Rua do Forte Novo (Poente)	11	Igreja Nª Srª da Conceição
31	Rua do Forte novo (Nascente)	12	Rua Pôr do Sol (Checul)
32	Rua da Paz (Centro de Saúde)	13	Escola D. Dinis
33	São Pedro do Mar (Esc. Dra. Laura Ayres)	14	Estádio / Piscinas Municipais
		15	Rua do Sol (Vilamoura Centro)
		16	Avenida da Marina
		17	Marina Vilamoura / Casino

Procedimento N.º 23 | 24

Concurso Público Internacional

ANEXO II

Circuito e Paragens
(Linha Verde Noturna)

Objeto do Procedimento

Aquisição da prestação de serviço público de
transporte urbano de passageiros em autocarro no
Município de Loulé

CIRCUITO E PARAGENS
LINHA VERDE NOTURNA
VILAMOURA - PARQUE DE CAMPISMO

Paragens Ida		Paragens Volta	
17	Marina Vilamoura / Casino	36	Parque de Campismo
18	Avenida Tivoli	41	Av. Francisco Sá Carneiro (leste)
19	Rua do Sol (Vilamoura Centro)		Av. Francisco Sá Carneiro (hotel)
20	Estádio / Piscinas Municipais	1	Terminal Rodoviário Quarteira
21	Escola D. Dinis		Av. Carlos Mota Pinto (Rua Vasco da Gama)
22	Rua D. Dinis (Quinta do Romão)	13	Escola D. Dinis
23	Av. Carlos Mota Pinto (Quarteira Centro)	14	Estádio / Piscinas Municipais
	Terminal Rodoviário (lado oposto)	15	Rua do Sol (Vilamoura Centro)
	Av. Francisco Sá Carneiro (hotel)	16	Avenida da Marina
35	Av. Francisco Sá Carneiro (leste)	17	Marina Vilamoura / Casino
36	Parque de Campismo		

Procedimento N.º 23 | 24

Concurso Público Internacional

ANEXO III

Circuitos e Paragens

(Linha Branca)

Objeto do Procedimento

Aquisição da prestação de serviço público de
transporte urbano de passageiros em autocarro no
Município de Loulé

CIRCUITO E PARAGENS

LINHA BRANCA

VILAMOURA - FALÉSIA

Paragens Ida		Paragens Volta	
1	Marina Vilamoura / Casino	17	Praia da Falésia
2	Avenida Tivoli	18	Av. Cerro da Vila (Poente)
3	Rua do Sol (Vilamoura Centro)	19	Av. Cerro da Vila (Museu / Marina)
4	Rua do Sol (Piscinas Municipais)	20	Praça Cupertino de Miranda
5	Caminho das Andorinhas (Sul)	21	Avenida Tivoli
6	Largo dos 3 Caminhos	1	Marina Vilamoura / Casino
7	Rua Melvin Jones		
8	Rua dos Estados Unidos da América (Nascente)		
9	Rua dos Estados Unidos da América (Poente)		
10	Rua de França		
11	Rua Torre de Água		
12	Av do Parque (Nascente)		
13	Av do Parque		
14	Caminho do Castanheiro (Zona Comercial)		
15	Rua das Pimenteiras		
16	Av Praia da Falésia (Norte)		
17	Praia da Falésia		

Procedimento N.º 23 | 24

Concurso Público Internacional

ANEXO IV

Circuitos e Paragens

(Linha Amarela)

(Linha Azul Curta)

(Linha Azul Longa)

Objeto do Procedimento

Aquisição da prestação de serviço público de
transporte urbano de passageiros em autocarro no
Município de Loulé

CIRCUITO E PARAGENS
LINHA AMARELA
TERMINAL RODOVIÁRIO DE LOULÉ - FRANQUEADA

Paragens Ida		Paragens Volta	
1	Terminal Rodoviário de Loulé	11	Franqueada (Área Empresarial F/G)
2	R. Prof. Carlos Ramos (Escola EB 2,3)	12	Campina de Baixo (Fábrica)
3	R. Homens do Andor (JF S. Sebastião)	13	Área Empresarial D/E (Rotunda)
4	R. Nossa Srª Piedade	14	Área Empresarial C/D
5	R. Marçal Aboim	15	Área Empresarial B (Sul)
6	Av. Andrade de Sousa	16	Área Empresarial B (NERA/CACE)
7	Av. Andrade de Sousa (2)	17	Área Empresarial B (Norte)
8	Área Empresarial A/B (EN 396)	18	Área Empresarial A/B (EN 396)
9	Área Empresarial D/E (Rotunda)	19	R. Humberto Pacheco (Bombeiros)
10	Campina de Baixo (Fábrica)	20	R. Humberto Pacheco (Cemitério)
11	Franqueada (Área Empresarial F/G)	21	Av. Andrade de Sousa
		22	R. Serpa Pinto
		23	Lg. S. Francisco (Igreja de S. Francisco)
		24	Lg. Afonso III (Centro Histórico)
		25	Lg. Bernardo Lopes
		1	Terminal Rodoviário de Loulé

CIRCUITO E PARAGENS

LINHA AZUL CURTA

TERMINAL RODOVIÁRIO DE LOULÉ - VALE DE RÃS

Paragens Ida		Paragens Volta	
1	Terminal Rodoviário de Loulé	13	Vale de Rãs (R. Padre João Cabanita – escola)
2	Av. 25 de Abril (Centro Loulé)	14	R. de Betunes (Mina do Sal)
3	Av. Marçal Pacheco (Hospital)	15	R. de Betunes
4	Av. Marçal Pacheco (Cadoiço)	20	R. Afonso Albuquerque
5	R. Dr. Sá Carneiro (JF S.Clemente)	21	Av. José da Costa Mealha
6	R. Antero Quental (Finanças)	22	R. Dr ^a Laura Ayres
7	R Antero Quental	23	R. José Afonso (Biblioteca)
8	Lg. Bartolomeu Dias	24	Av. Laginha Serafim (Esc. Secundária)
9	R. Frei Joaquim de Loulé	25	Av. Laginha Serafim
10	Av. Manuel Maria Laginha	26	Pavilhão Desportivo Municipal
11	Av. Manuel Maria Laginha (2)	27	Av. Laginha Serafim (Centro de Saúde)
12	Av. Júlio Cristóvão Mealha	28	Av. Laginha Serafim (Olho d'água)
13	Vale de Rãs (R. Padre João Cabanita – escola)	29	Av. Laginha Serafim (Esc. Secundária)
		30	R. Ascensão Guimarães
		1	Terminal Rodoviário de Loulé

CIRCUITO E PARAGENS

LINHA AZUL LONGA

TERMINAL RODOVIÁRIO DE LOULÉ - VALE DE RÃS - BARREIRAS BRANCAS

Paragens Ida		Paragens Volta	
1	Terminal Rodoviário de Loulé	17	Barreiras Brancas (rotunda)
2	Av. 25 de Abril (Centro Loulé)	18	R. Afonso Albuquerque (Rotunda)
3	Av. Marçal Pacheco (Hospital)	19	R. Afonso Albuquerque (EDP)
4	Av. Marçal Pacheco (Cadoiço)	20	R. Afonso Albuquerque
5	R. Dr. Sá Carneiro (JF S.Clemente)	21	Av. José da Costa Mealha
6	R. Antero Quental (Finanças)	22	R. Dr ^a Laura Ayres
7	R. Antero Quental	23	R. José Afonso (Biblioteca)
8	Lg. Bartolomeu Dias	24	Av. Laginha Serafim (Esc. Secundária)
9	R. Frei Joaquim de Loulé	25	Av. Laginha Serafim
10	Av. Manuel Maria Laginha	26	Pavilhão Desportivo Municipal
11	Av. Manuel Maria Laginha (2)	27	Av. Laginha Serafim (Centro de Saúde)
12	Av. Júlio Cristóvão Mealha	28	Av. Laginha Serafim (Olho d'água)
13	Vale de Rãs (R. Padre João Cabanita – Escola)	29	Av. Laginha Serafim (Esc. Secundária)
14	R. de Betunes (Mina do Sal)	30	R. Ascensão Guimarães
15	R. de Betunes	1	Terminal Rodoviário de Loulé
16	R. Afonso Albuquerque (Rotunda)		
17	Barreiras Brancas (rotunda)		

Procedimento N.º 23 | 24

Concurso Público Internacional

ANEXO V

Circuitos e Paragens

(Linha Roxa Longa, Linha Roxa Curta)

Objeto do Procedimento

Aquisição da prestação de serviço público de
transporte urbano de passageiros em autocarro no
Município de Loulé

CIRCUITO E PARAGENS

LINHA ROXA LONGA

CENTRO ALMANCIL - Av. 5 de Outubro (Pereiras) - CENTRO ALMANCIL - MAR SHOPPING

Paragens Ida

- 1 Centro Almancil (Rua Vale Formoso)**
- 2 Rua João de Deus (Igreja)
- 3 Av 5 de Outubro (Pereiras)**
- 4 Av 5 de Outubro (área comercial)
- 5 Rua do Comércio
- 6 Rua do Emigrante (Farmácia / Clínica)
- 7 Mercado
- 8 Escola Cónego Clementino de Brito Pinto
- 9 Jardim das Comunidades (Escola / Lar)
- 10 Centro de Saúde (Parque de Estacionamento)
- 11 Av. Duarte Pacheco (Área Comercial)
- 12 São Lourenço (Igreja / cemitério)
- 13 São Lourenço, Barreiros
- 14 Troto
- 15 Esteval
- 16 Calijos
- 17 Mar Shopping**

Paragens Volta

- 17 Mar Shopping**
- 18 Calijos
- 19 Esteval
- 20 Troto
- 21 São Lourenço, Barreiros
- 22 São Lourenço (Igreja / cemitério)
- 23 Av. Duarte Pacheco (Área Comercial)
- 1 Centro Almancil (Rua Vale Formoso)**
- 2 Rua João de Deus (Igreja)
- 3 Av 5 de Outubro (Pereiras)**
- 4 Av 5 de Outubro (área comercial)
- 5 Rua do Comércio
- 6 Rua do Emigrante (Farmácia / Clínica)
- 7 Mercado
- 8 Escola Cónego Clementino de Brito Pinto
- 9 Jardim das Comunidades (Escola / Lar)
- 10 Centro de Saúde (Parque de Estacionamento)
- 1 Centro Almancil (Rua Vale Formoso)**

CIRCUITO E PARAGENS

LINHA ROXA CURTA

CENTRO ALMANCIL - Av. 5 de Outubro (Pereiras) - CENTRO ALMANCIL - MAR SHOPPING

Paragens Ida	Paragens Volta
1 Centro Almancil (Rua Vale Formoso)	17 Mar Shopping
2 Rua João de Deus (Igreja)	18 Caliços
3 Av 5 de Outubro (Pereiras)	19 Esteval
4 Av 5 de Outubro (área comercial)	20 Troto
5 Rua do Comércio	21 São Lourenço, Barreiros
6 Rua do Emigrante (Farmácia / Clínica)	22 São Lourenço (Igreja / cemitério)
7 Mercado	23 Av. Duarte Pacheco (Área Comercial)
8 Escola Cónego Clementino de Brito Pinto	1 Centro Almancil (Rua Vale Formoso)
9 Jardim das Comunidades (Escola / Lar)	(2 Rua João de Deus (Igreja))*
10 Centro de Saúde (Parque de Estacionamento)	(3 Av 5 de Outubro (Pereiras))*
11 Av. Duarte Pacheco (Área Comercial)	
12 São Lourenço (Igreja / cemitério)	
13 São Lourenço, Barreiros	
14 Troto	
15 Esteval	
16 Caliços	
17 Mar Shopping	

* A Linha Roxa Curta assegura ligação à Linha Vermelha.

Procedimento N.º 23 | 24

Concurso Público Internacional

ANEXO VI

Circuitos e Paragens

(Linha Vermelha)

Objeto do Procedimento

Aquisição da prestação de serviço público de
transporte urbano de passageiros em autocarro no
Município de Loulé

CIRCUITO E PARAGENS
LINHA VERMELHA
TERMINAL RODOVIÁRIO QUARTEIRA - ESTAÇÃO FERROVIÁRIA
LOULÉ/QUARTEIRA

Paragens Ida	Paragens Volta
Terminal Rodoviário	Estação Ferroviária Loulé/Quarteira
Estação Ferroviária Loulé/Quarteira	Terminal Rodoviário

CIRCUITO E PARAGENS
LINHA VERMELHA
TERMINAL RODOVIÁRIO DE LOULÉ - ESTAÇÃO FERROVIÁRIA
LOULÉ/QUARTEIRA

Paragens Ida	Paragens Volta
1 Terminal Rodoviário de Loulé	Estação Ferroviária Loulé/Quarteira
2 Centro Loulé (Av. 25 de Abril)	Centro Loulé (Av. 25 de Abril)
Estação Ferroviária Loulé/Quarteira	1 Terminal Rodoviário de Loulé

CIRCUITO E PARAGENS
LINHA VERMELHA
CENTRO ALMANCIL - ESTAÇÃO FERROVIÁRIA LOULÉ/QUARTEIRA

Paragens Ida	Paragens Volta
Centro Almancil (Rua Vale Formoso)	Estação Ferroviária Loulé/Quarteira
Estação Ferroviária Loulé/Quarteira	Centro Almancil (Rua Vale Formoso)

Procedimento N.º 23 | 24

Concurso Público Internacional

ANEXO VII

Horários e Cadências

(Linha Verde Curta)

(Linha Verde Longa)

Objeto do Procedimento

Aquisição da prestação de serviço público de
transporte urbano de passageiros em autocarro no
Município de Loulé

HORÁRIOS E CADÊNCIAS

LINHA VERDE (CURTA E LONGA)

Dias da semana	Marina	Fonte Santa		Terminal		Marina
	Vilamoura/Casino			Rodoviário		Vilamoura/Casino
	Paragem 1	Paragem 26		Paragem 32		Paragem 1
	P →	C	→	P C	→	P C
De 11/09 a 30/06					07.30	07.45
De 2ª a 6ª, exceto feriados	07.45				08.00	08.15
	08.15				08.30	08.45
De 01/07 a 10/09	08.45	09.10			09.20	09.35
De 2ª a 6ª, incluindo feriados	09.45	10.10			10.20	10.35
	10.45	11.10			11.20	11.35
	11.45	12.10			12.20	12.35
	12.45	13.10			13.20	13.35
	13.45	14.10			14.20	14.35
	14.45	15.10			15.20	15.35
	15.45	16.10			16.20	16.35
	16.45	17.10			17.20	17.35
	17.40				17:55	18.10
	18.15	18.33			18.40	18.55
	19.15	19.33			19:40	
De 11/09 a 30/06					07.30	07.45
Sábado, incluindo feriados	07.45	08.10			08.20	08.35
	08.45	09.10			09.20	09.35
De 01/07 a 10/09	09.45	10.10			10.20	10.35
Sábado e domingo incluindo feriados	10.45	11.10			11.20	11.35
	11.45	12.10			12.20	12.35
	12.45	13.10			13.20	13.35
	13.45	14.10			14:17	
De 01/07 a 10/09 Sábado e					14.20	14.35
domingo incluindo feriados	14.45	15.10			15.20	15.35
	15.45	16.10			16.20	16.35
	16.45	17.10			17.20	17.35
	17.45	18.10			18.20	18.35
	18.45	19.10			19.17	

Linha Verde Curta
Linha Verde Longa

Procedimento N.º 23 | 24

Concurso Público Internacional

ANEXO VIII

Horários e Cadências
(Linha Verde Noturna)

Objeto do Procedimento

Aquisição da prestação de serviço público de
transporte urbano de passageiros em autocarro no
Município de Loulé

HORÁRIOS E CADÊNCIAS

LINHA VERDE NOTURNA

Dias da semana	Marina		Parque de			Terminal		Marina	
	Vilamoura/Casino		Campismo			Rodoviário		Vilamoura/Casino	
	Paragem 1		Paragem 25			Paragem 32		Paragem 1	
	P	→	C	→	P	C	→	P	C
De 01/07 a 10/09							20.00		20.15
Todos os dias incluindo		20.30					21.00		21.15
feriados		21.30					22.00		22.15
		22.30					23.00		23.15
		23.30					00.00		00.15

Procedimento N.º 23 | 24

Concurso Público Internacional

ANEXO IX

Horários e Cadências

(Linha Branca)

Objeto do Procedimento

Aquisição da prestação de serviço público de
transporte urbano de passageiros em autocarro no
Município de Loulé

HORÁRIOS E CADÊNCIAS

LINHA BRANCA

Dias da semana	Marina	Falésia	Marina
	Vilamoura/Casino		Vilamoura/Casino
	Paragem 1	Paragem 17	Paragem 1
	P →	C →	P C
De 01/07 a 10/09	07.45	08.05	18.15
De 2ª a 6ª, incluindo feriados	08.15	08.35	18.45
	08.45	09.05	19.15
	09.45	10.05	10.15
	10.45	11.05	11.15
	11.45	12.05	12.15
	12.45	13.05	13.15
	13.45	14.05	14.15
	14.45	15.05	15.15
	15.45	16.05	16.15
	16.45	17.05	17.15
	17.45	18.05	18.15
	18.15	18.35	18.45
	19.15	19.35	19.45
	20.30	20.50	21.00
	21.30	21.50	22.00
	22.30	22.50	23.00
	23.30	23.50	00.00
	00.30	00.50	01.00
De 01/07 a 10/09	07.45	08.05	08.15
Sábados e domingos incluindo feriados	08.45	09.05	09.15
	09.45	10.05	10.15
	10.45	11.05	11.15
	11.45	12.05	12.15
	12.45	13.05	13.15
	13.45	14.05	14.15
	16.15	16.35	16.45
	17.15	17.35	17.45
	18.15	18.35	18.45
	19.15	19.35	19.45
	20.30	20.50	21.00



Loulé concelho
Global
Sustentabilidade.
Ação. Futuro.

21.30	21.50	22.00
22.30	22.50	23.00
23.30	23.50	00.00
00.30	00.50	01.00

Procedimento N.º 23 | 24

Concurso Público Internacional

ANEXO X

Horários e Cadências

(Linha Amarela, Linha Azul Curta e Linha Azul Longa)

Objeto do Procedimento

Aquisição da prestação de serviço público de
transporte urbano de passageiros em autocarro no
Município de Loulé

HORÁRIOS E CADÊNCIAS

LINHA AMARELA

Dias da semana	Terminal Rodoviário de Loulé		Franqueada		Terminal Rodoviário de Loulé	
	Paragem 1		Paragem 12		Paragem 1	
	P	→	C	→	P	C
De 2ª a 6ª, exceto feriados		07.30		07.40		08.00
		08.00		08.10		08.30
		08.30		08.40		09.00
		09.00		09.10		09.30
		09.30		09.40		10.00
		10.00		10.10		10.30
		10.30		10.40		11.00
		11.00		11.10		11.30
		11.30		11.40		12.00
		12.00		12.10		12.30
		12.30		12.40		13.00
		13.00		13.10		13.30
		13.30		13.40		14.00
		14.00		14.10		14.30
		14.30		14.40		15.00
		15.00		15.10		15.30
		15.30		15.40		16.00
		16.00		16.10		16.30
		16.30		16.40		17.00
		17.00		17.10		17.30
		17.30		17.40		18.00
		18.00		18.10		18.30
		18.30		18.40		19.00
		19.00		19.10		19.30
Sábado, incluindo feriados		07.30		07.40		07.30
		08.00		08.10		08.30
		08.30		08.40		09.00
		09.00		09.10		09.30
		09.30		09.40		10.00
		10.00		10.10		10.30
		10.30		10.40		11.00



loulé concelho
Global
Sustentabilidade.
Ação. Futuro.

11.00	11.10	11.30
11.30	11.40	12.00
12.00	12.10	12.30
12.30	12.40	13.00
13.00	13.10	13.30
13.30	13.40	14.00
14.00	14.10	14.30

HORÁRIOS E CADÊNCIAS

LINHA AZUL (CURTA E LONGA)

Dias da semana	Terminal Rodoviário de Loulé		Vale de Rãs		Barreiras Brancas		Terminal Rodoviário de Loulé	
	Paragem 1		Paragem 12		Paragem 16		Paragem 1	
	P	→	C	→	P	C	P	C
De 2ª a 6ª, exceto feriados		07.30		07.40				08.00
		08.00		08.10				08.30
		08.30		08.40				09.00
		09.00		09.10				09.30
		09.30		09.40		09.42		10.00
		10.00		10.10		10.12		10.30
		10.30		10.40		10.42		11.00
		11.00		11.10				11.30
		11.30		11.40				12.00
		12.00		12.10				12.30
		12.30		12.40				13.00
		13.00		13.10		13.12		13.30
		13.30		13.40				14.00
		14.00		14.10				14.30
		14.30		14.40				15.00
		15.00		15.10				15.30
		15.30		15.40		15.42		16.00
		16.00		16.10				16.30
		16.30		16.40				17.00
		17.00		17.10				17.30
		17.30		17.40				18.00
		18.00		18.10				18.30
		18.30		18.40				19.00
		19.00		19.10		19.12		19.30
Sábado, incluindo feriados		07.30		07.40				08.00
		08.00		08.10				08.30
		08.30		08.40				09.00
		09.00		09.10				09.30
		09.30		09.40		09.42		10.00
		10.00		10.10		10.12		10.30

10.30	10.40	10.42	11.00
11.00	11.10		11.30
11.30	11.40		12.00
12.00	12.10		12.30
12.30	12.40		13.00
13.00	13.10	13.12	13.30
13.30	13.40		14.00
14.00	14.10		14.30

	Linha Azul Longa
	Linha Azul Curta

Procedimento N.º 23 | 24

Concurso Público Internacional

ANEXO XI

Horários e Cadências

(Linha Roxa Curta e Linha Roxa Longa)

Objeto do Procedimento

Aquisição da prestação de serviço público de
transporte urbano de passageiros em autocarro no
Município de Loulé

HORÁRIOS E CADÊNCIAS

LINHA ROXA (CURTA E LONGA)

Paragens		Horário de segunda a sábado, exceto feriados				
Centro Almancil Paragem 1	P ↓	08.00	12.00	14.00	17.30	18.50
Av 5 de outubro (Pereiras) Paragem 3	C/P	08.04	12.04	14.04	17.34	18.54
Mar Shopping Paragem 17	C	08.35	12.35	14.35	18.05	19.25
	P	09.00	13.00	15.00	18.05	19.25
Centro Almancil Paragem 1	C/P	9.20	13.20	15.20	18.25	19.45*
Av 5 de outubro (Pereiras) Paragem 3	C/P	09.24	13:24	15.24	18.29	
Centro Almancil Paragem 1	C	09.40	13.40	15.40	18.50	

Linha Roxa Curta

Linha Roxa Longa

* A Linha Roxa Curta assegura ligação à Linha Vermelha.

Procedimento N.º 23 | 24

Concurso Público Internacional

ANEXO XII

Horários e Cadências
(Linha Vermelha)

Objeto do Procedimento

Aquisição da prestação de serviço público de
transporte urbano de passageiros em autocarro no
Município de Loulé

HORÁRIOS E CADÊNCIAS

LINHA VERMELHA

Dias da semana	Terminal Rodoviário Quarteira	Estação Ferroviária Loulé/Quarteira	Estação Ferroviária Loulé/Quarteira	Terminal Rodoviário Quarteira
	Terminal Rodoviário de Loulé	Horário Comboio		Terminal Rodoviário de Loulé
	Centro Almancil			Centro Almancil
	P →	C	P →	C
Exceto domingo e feriados	06.45	07.00	7.10 AP Loulé - Lisboa	07.15 07.30
Apenas domingo e feriados	15.45	16.00	16.11 AP Loulé - Lisboa	16.25 16.30
Exceto sábado	19.45	20.05	20.14 AP Lisboa - Loulé	20.30 20.45

Procedimento N.º 23 | 24

Concurso Público Internacional

ANEXO XIII

Caracterização dos Autocarros

Objeto do Procedimento

Aquisição da prestação de serviço público de
transporte urbano de passageiros em autocarro no
Município de Loulé



Loulé concelho
Global
Sustentabilidade.
Ação. Futuro.



Procedimento N.º 23 | 24

Concurso Público Internacional

ANEXO XIV

Bilhética e Tarifário

Objeto do Procedimento

Aquisição da prestação de serviço público de
transporte urbano de passageiros em autocarro no
Município de Loulé

Bilhética e Tarifário

Atualmente a utilização do serviço de transporte disponibilizado pela rede de transportes “Apanha-me!” é gratuito e o tarifário seguinte está suspenso.

Tipo de Bilhética	Tarifário
Bilhete de Bordo	
Normal - cidade	€0,80
<i>Shuttle</i> - Linha Vermelha	€1,00
Bilhete Turístico	
24h	€2,00
48h	€3,00
Passe Mensal	
Normal	€10,60
Criança	Gratuito
Jovem	€5,30
Sénior	€5,30
Sénior Social*	€4,25
Passe Anual	
Normal	€106,00
Criança	Gratuito
Jovem	€53,00
Sénior	€53,00
Sénior Social*	€42,40

* Beneficiário do Cartão Municipal Sénior de acordo com o Regulamento de Cartão Municipal Sénior no Concelho de Loulé, Aviso n.º 1097/2008, de 11 de janeiro.

Todos os valores com IVA incluído.

Procedimento N.º 23 | 24

Concurso Público Internacional

ANEXO XV

Design de Cartões

Objeto do Procedimento

Aquisição da prestação de serviço público de
transporte urbano de passageiros em autocarro no
Município de Loulé



PASSE ANUAL JOVEM



NOME CLIENTE

Nº 000

Data de Validade:

00-00-0000



PASSE ANUAL SÉNIOR



NOME CLIENTE

Nº 000

Data de Validade:

00-00-0000



PASSE MENSAL SÉNIOR SOCIAL



NOME CLIENTE

Nº 000

Data de Validade:

00-00-0000

